

O mercado de trabalho da terapia ocupacional em Maceió-AL no contexto contemporâneo de crise do capital*

The marketplace of occupational therapy in Maceió-AL in the context of contemporary capital crisis

**Waldez Cavalcante Bezerra¹, Maria Margareth Ferreira Tavares²,
Girlele Maria Mátis Cavalcante³**

BEZERRA, W. C.; TAVARES, M. M. F.; CAVALCANTE, G. M. M. O mercado de trabalho da terapia ocupacional em Maceió-AL no contexto contemporâneo de crise do capital. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 20, n. 2, p. 75-84, maio/ago. 2009.

RESUMO: Objetiva-se expor os resultados da pesquisa realizada sobre o mercado de trabalho da Terapia Ocupacional, a partir da realidade de Maceió-AL, diante das novas condições de trabalho impostas pelo atual cenário de crise do capitalismo. Recorreu-se ao referencial teórico da perspectiva histórico-crítica, que possibilitou discutir o objeto de estudo no âmbito das transformações societárias; e à aplicação de um questionário com 49 profissionais. Os dados foram analisados com o Software Microsoft Excel e o método de análise de conteúdo. Identificou-se um quadro geral de precarização das condições e relações de trabalho dos terapeutas, dificultando a efetivação de projetos profissionais voltados para a garantia de direitos e transformação social.

DESCRITORES: Mercado de trabalho. Capitalismo. Terapia ocupacional.

* Este artigo é uma síntese do Trabalho de Conclusão de Curso de mesmo título, apresentado à Faculdade de Terapia Ocupacional da UNCISAL para a obtenção do título de graduação em Terapia Ocupacional.

¹ Concluinte (2004-2008) do curso de Terapia Ocupacional da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL). E-mail: waldezto@yahoo.com.br.

² Terapeuta Ocupacional. Professora da Faculdade de Terapia Ocupacional da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL), Mestranda em Psicobiologia pela Unifesp. E-mail: margarethftavares@gmail.com.

³ Assistente Social. Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Assistente social da Secretaria Municipal de Assistência Social. Pesquisadora do grupo de pesquisa “Mercado de Trabalho do Serviço Social em Alagoas”. E-mail: gilmatis@yahoo.com.br.

Endereço para correspondência: Waldez Cavalcante – Rua Magda Danielle, 160, Lot. Nuporanga, Tabuleiro. CEP: 57081-600. Maceió – AL.

INTRODUÇÃO

Ao tomarmos como objeto de estudo o mercado de trabalho da Terapia Ocupacional, não podemos perder de vista as transformações societárias que vêm ocorrendo na base material da sociedade capitalista, pois estas repercutem diretamente na profissão, uma vez que esse processo de mudanças tem seus efeitos no mundo do trabalho, no Estado e nas relações deste com a sociedade civil, afetando toda a classe trabalhadora (esteja ela na esfera produtiva ou não) e alterando as conformações do mercado de trabalho de todas as categorias profissionais. Foi partindo dessa compreensão que realizamos o estudo sobre o mercado de trabalho da Terapia Ocupacional em Maceió-AL, cujos resultados dessa investigação serão apresentados neste artigo.

A Terapia Ocupacional surge enquanto profissão no início do século XX, na fase monopolista do desenvolvimento capitalista, quando o Estado toma para si a responsabilidade pelo trato às seqüelas da questão social e requisita a atuação de diversas profissões que irão intervir através dos mecanismos político-ideológicos utilizados por ele para a manutenção do *status quo*. Exercendo uma ação política através do seu fazer profissional, ação que é inerente às relações de poder presentes na sociedade, o terapeuta ocupacional atua sobre a contradição existente na relação capital/trabalho e contribui para a produção e reprodução das relações sociais (LOPES, 1999; MEDEIROS, 2003; SOARES, 1991). Assim, ao inserir-se na divisão sócio-técnica do trabalho, a profissão (seu mercado de trabalho, condições de trabalho, demandas, requisições, prática profissional etc.) sofre diretamente as influências e determinações da sociedade capitalista, modificando-se ao longo da história.

Atualmente presenciaram-se profundas mudanças na sociedade capitalista contemporânea, decorrentes do processo de reestruturação do capital desencadeado a partir da década de 1970, quando o sistema capitalista vivencia mais uma de suas crises. Já na segunda metade dos anos sessenta a taxa de lucro rapidamente começou a declinar e dois detonadores, associados às pressões da classe trabalhadora organizada, puseram fim à fase de expansão do sistema, registrando-se uma recessão generalizada. Segundo Netto e Braz (2007, p. 214) “a onda longa expansiva é substituída por uma onda longa recessiva: a partir daí e até os dias atuais inverte-se o diagrama da dinâmica capitalista: agora, as crises voltam a ser dominantes, tornando-se episódicas as retomadas”.

Nesse período, a dinâmica taylorista/fordista (padrão produtivo capitalista desenvolvido ao longo do século

XX fundamentado basicamente na produção em massa, em unidades produtivas concentradas e verticalizadas, com um controle rígido dos tempos e dos movimentos, desenvolvidos por um proletariado coletivo e de massa, sob forte despotismo e controle fabril) começa a apresentar os primeiros sinais de crise com a tomada de consciência de que os padrões vigentes de organização do trabalho eram ineficientes para garantir os altos níveis de lucro que a empresa monopolista obteve em seu auge. Iniciou-se assim a crítica a esses paradigmas e a busca por novas formas de concepção das normas de produção, distribuição e repartição da produção (PAGOTTO apud MOTA; AMARAL, 1998; ANTUNES, 2007a).

Como se sabe, o capital incessantemente busca novas formas de reestruturação através de mecanismos que propiciem as condições necessárias à sua existência e é seguindo essa lógica que o sistema, diante desse contexto de crise, lança mão das estratégias neoliberais visando à recuperação das taxas de lucro através de mudanças na organização do processo produtivo (reestruturação produtiva) e no papel do Estado (reforma do Estado).

Dentre os vários modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, o modelo japonês, o toyotismo, se destaca para o capital e ganha um valor universal. Este pode ser entendido como um sistema de organização da produção baseado em uma resposta imediata às variações da demanda e que exige, portanto, uma organização flexível do trabalho (inclusive dos trabalhadores) e integrada (GOUNET, 1999). As mudanças implementadas com o toyotismo se dão em prol da flexibilização nos processos e nas condições de trabalho, alterando substantivamente o mercado de trabalho via desemprego, terceirização e precarização do trabalho (entendida aqui como processo de sucateamento das condições e relações de trabalho, referindo-se, sobretudo, as formas de trabalho exercidas em condições caracterizadas pela fragilidade ou ausência de dispositivos institucionais de garantia de direitos e/ou pela falta de condições materiais para o exercício profissional) (MOTA; AMARAL, 1998).

Desse modo, Iamamoto (2000) aponta que, na era da acumulação flexível, o que se busca é uma flexibilidade no processo de trabalho, oposta à rigidez da linha de produção e da produção em massa e em série; uma flexibilidade do mercado de trabalho, que vem acompanhada de desregulamentação dos direitos trabalhistas (processo caracterizado, segundo Lopes apud Santos (2008), pela retirada da proteção do Estado, permitindo que a autonomia privada, individual ou coletiva regule as condições de trabalho e os direitos e obrigações advindos da relação de emprego); uma flexibilidade dos produtos, buscando atender as particularidades dos consumidores e uma flexibilidade

dos padrões de consumo.

Transferindo a discussão para o cenário nacional, Antunes (2006) afirma que o Brasil, cuja industrialização se desenvolveu influenciada pelo taylorismo e pelo fordismo desde os anos 1930, presenciou também, ao longo dos anos 1980 e especialmente nos anos 1990, alterações significativas, inicialmente com Fernando Collor de Melo, depois com Fernando Henrique Cardoso (FHC) e agora com o governo Luis Inácio Lula da Silva, uma vez que como mostrou Oliveira (2005a) há mais continuidade que ruptura entre estes dois últimos governos.

Pode-se dizer que em nosso país foi na década de 1980 que ocorreram os primeiros impulsos do processo de reestruturação produtiva; entretanto, foi somente nos anos 1990 que o processo desenvolveu-se intensamente no Brasil através da implantação de vários receituários oriundos da acumulação flexível e do ideário japonês, pois encontraram nos desígnios neoliberais do Plano de Estabilização Econômica (Plano Real), a partir de 1994, sob o governo de FHC, uma contextualidade propícia para o desmanche vigoroso da reestruturação produtiva (ANTUNES, 2004).

As análises empreendidas no âmbito de diversos estudos (DATHEIN, 2006; LEITE, 2005; POCHMANN, 2006; SANTOS; MOREIRA, 2006; SALVADOR; BOSCHETTI, 2002) sobre os rebatimentos dessa recessão da economia mundial no mercado de trabalho brasileiro, evidenciaram que este sofreu um processo de desestruturação a partir da década de 1980 e se aprofundou na década de 1990 com a implementação das políticas neoliberais, sendo este processo caracterizado pelo crescente desemprego aberto, pelo desassalariamento e pela maior geração de postos de trabalho precário.

É importante destacar que essas alterações não se restringem ao mundo industrial, mas atingem também o chamado setor de serviços, no qual está inserida a Terapia Ocupacional. Antunes (1999) afirma que as mudanças organizacionais e tecnológicas, assim como as mudanças nas formas de gestão, também vêm afetando este setor que cada vez mais se submete à racionalidade do capital. Costa (1998) pontua ainda que ao longo do século XX, e particularmente nas três últimas décadas, o processo de incorporação das atividades de serviços à forma capitalista de produção põe em evidência um acelerado processo de expansão e diversificação deste setor, mostrando que as atividades do mesmo passam a ser parte da dinâmica de acumulação, vindo a se configurar como uma das questões que assumem relevância no conjunto das recentes transformações societárias.

O conjunto dessas mudanças no mundo do trabalho implicou também no redirecionamento da intervenção

do Estado, em especial, nos mecanismos de regulação da produção material e da gestão estatal e privada da força de trabalho. Nessa conjuntura, as mudanças nas relações entre Estado, sociedade e mercado materializam-se em um conjunto de medidas de ajuste econômico e de reformas institucionais, consubstanciadas na denominada Reforma do Estado.

No Brasil, esta reforma tem início no governo Collor, mas é na gestão de FHC que a mesma ganha relevo e é institucionalizada no projeto de Emenda Constitucional nº 173, tendo como principal responsável o então ministro da Administração e Reforma do Estado (extinto MARE) Luiz Carlos Bresser Pereira. Segundo seus princípios deve-se prezar por um Estado não-interventor nos aspectos econômicos e mínimo na sua intervenção na área social, diminuindo os recursos destinados a esta última e transferindo a sua responsabilidade do trato à questão social para o âmbito privado, seja para o mercado ou para o terceiro setor (NETTO; BRAZ, 2007; ANTUNES, 2007b; COSTA, 1998; MONTAÑO, 2007).

Dessa forma, a partir da década de 1990, com a implementação da reforma, as políticas sociais devem sofrer uma profunda reorientação política, sendo focalizadas (opondo-se ao princípio da solidariedade universal, passando a ser dirigidas de forma segmentada, aos indivíduos mais pauperizados), descentralizadas (passando para o nível municipal/local a responsabilidade de executar e financiar as políticas sociais, o que redundava evidentemente, na impossibilidade para os municípios menores e mais pobres de desenvolverem políticas eficientes e de qualidade) e privatizadas (sendo transferidas para o mercado e vendidas ao consumidor como uma nova forma de apropriação de mais-valia, ou então repassadas para o terceiro setor). Todo esse processo acarretará numa precarização das mesmas, sendo reduzidas em quantidade, qualidade e variabilidade, passando de 'serviços estatais para pobres' a 'pobres serviços estatais' (MONTAÑO, 1999).

Segundo Mota e Amaral (1998) todo esse processo de recomposição do ciclo de reprodução do capital desencadeado na década de 1970 tem provocado impactos nas práticas sociais que intervêm no processo de reprodução material e espiritual da força de trabalho, de modo que as profissões podem ser atingidas a partir de dois planos: um, mais visível e imediato, relaciona-se com as alterações no mercado de trabalho e nas condições de trabalho; o outro, mais amplo e complexo, refere-se tanto ao surgimento de novas problemáticas que podem ser mobilizadoras de competências profissionais estratégicas, como à elaboração de proposições teóricas, políticas, éticas e técnicas que se apresentam como respostas qualificadas ao enfrentamento

das questões que lhe são postas.

Desse modo, a Terapia Ocupacional, enquanto profissão que atua na produção e reprodução da força de trabalho, enquadra-se nessas práticas sociais citadas pelas autoras e, portanto, sofre diretamente as inflexões da reestruturação produtiva do capital. Por isso mesmo, as transformações no mundo do trabalho passam inevitavelmente, pela atual configuração do mercado de trabalho dos terapeutas ocupacionais e determinam as suas condições de trabalho.

Partindo dessa compreensão, objetivou-se com esta pesquisa analisar as configurações do mercado de trabalho da Terapia Ocupacional em Maceió-AL diante das novas condições de trabalho impostas pelo contexto neoliberal no atual cenário de crise do sistema capitalista, fazendo uma caracterização das condições de trabalho da profissão e mostrando a relação existente entre essas condições e as mudanças em desenvolvimento na sociedade capitalista contemporânea. Para tanto, recorreu-se ao referencial teórico de perspectiva histórico-crítica, o qual possibilitou compreender a profissão a partir dos determinantes sócio-econômicos e políticos do contexto da qual ela é parte e expressão.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Obedecendo às normas que regulamentam a pesquisa com seres humanos esta pesquisa foi encaminhada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNCISAL. Configurou-se como um estudo populacional, transversal, com análise quanti-qualitativa de dados; e fizeram parte do mesmo os terapeutas ocupacionais registrados no Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional/1ª Região – CREFITO/1 e que possuíam vínculo empregatício com alguma instituição do município de Maceió-AL no período de coleta de dados (dezembro de 2007 a maio de 2008), sendo excluídos da amostra os profissionais que não entregaram os questionários respondidos dentro desse período. O universo amostral foi estimado em 60 profissionais e a expectativa foi de entrevistar no mínimo 75% deste universo. Essa amostra foi definida por conveniência e por considerarmos uma porcentagem significativa de profissionais para expressar a realidade do mercado de trabalho da categoria profissional em Maceió. Desse modo, foram distribuídos 60 questionários dos quais 49 foram devolvidos dentro do período de coleta de dados e analisados, atingindo assim 81,66% do universo da pesquisa.

O contato inicial com os profissionais foi realizado através de telefone ou pessoalmente com o objetivo de esclarecer aos sujeitos o projeto e convidá-los a participar da pesquisa. Tendo concordado, foi agendado um encontro

para leitura e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido e aplicação do questionário. Este foi estruturado pelos pesquisadores, sendo composto por questões fechadas e abertas que objetivaram investigar aspectos relacionados às condições de trabalho, satisfação profissional, estratégias profissionais para o enfrentamento da precarização do trabalho, respostas às demandas profissionais, e à percepção dos sujeitos acerca das suas condições de trabalho. Durante a aplicação do questionário, o profissional foi deixado livre para responder as questões, havendo o mínimo possível de interferência do pesquisador para não induzir nas respostas. Para a análise dos dados foram utilizadas a planilha de dados do Software Microsoft Excel e a técnica de análise de conteúdo.

AS PARTICULARIDADES DO MERCADO DE TRABALHO DA TERAPIA OCUPACIONAL EM MACEIÓ-AL

Como referido, participaram do estudo 49 profissionais – correspondendo ao percentual de 81,66% do total de terapeutas ocupacionais atuantes em Maceió –, e dada essa abrangência, acreditamos que este estudo consegue expressar a realidade das condições de trabalho da categoria profissional na capital alagoana a partir da percepção dos profissionais. É relevante enfatizar que em algumas situações os números apresentados não correspondem exatamente ao número de profissionais entrevistados devido à existência de uma parcela significativa (32,65%) de sujeitos com mais de um vínculo empregatício. Posto isto, exibiremos a partir de agora a atual configuração do mercado de trabalho da Terapia Ocupacional em Maceió.

No que se refere à natureza da instituição, pôde-se observar que a maioria das instituições empregadoras dos terapeutas ocupacionais na realidade de Maceió está localizada no âmbito público estatal (60% somando-se as esferas municipal e estadual), seguida pelo terceiro setor (33%) e pela esfera privada (12%). Situação semelhante foi evidenciada por Oliveira (2005b), a qual detectou que pouco mais da metade (55,53%) dos profissionais atuavam na esfera pública estatal, 19,04% eram autônomos, 17,50% atuavam na esfera privada e 7,93% no terceiro setor.

Com base nesses dados podemos observar que apesar do poder público ainda ser o maior empregador, o chamado terceiro setor vem ocupando um espaço bastante representativo no mercado de trabalho desses profissionais, realidade esta que vem demonstrar a retração do Estado enquanto implementador das políticas sociais. Sabe-se que este setor vem se fortalecendo a partir da década de 1990, à medida que foi incorporado pelo projeto de reforma do

Estado elaborado pelo ex-ministro Bresser Pereira no período do governo FHC, favorecendo assim a minimização do Estado no trato a questão social e cumprindo uma importante funcionalidade para com o projeto neoliberal, à medida que incorpora as atividades sociais abandonadas pelo Estado dando a impressão de que está havendo apenas uma transferência dessas atividades para um setor mais eficiente e menos burocrático, e não a perda de direitos e de uma seguridade social estatal e universal (MONTAÑO, 2007).

Com relação à situação trabalhista dos profissionais, verificou-se que a maioria mantém, com a(s) instituição(ões) na(s) qual(ais) desempenha suas funções, o vínculo de estatutário (53%), seguido pelo serviço prestado (23%), celetista (18%), contrato temporário (3%) e não informou (3%). Esses dados mostram uma condição de estabilidade para a maioria dos profissionais, o que representa uma condição privilegiada desses trabalhadores, levando em consideração o contexto de precarização das relações trabalhistas determinado pela reestruturação do capital na atualidade. Contudo, ainda se percebe que uma parcela significativa de profissionais vivencia formas precárias de contratação (principalmente para os que estão fora da órbita estatal), tendo em vista a porcentagem de profissionais prestadores de serviço, situação esta que segue a tendência de precarização dos vínculos empregatícios posta às várias categorias profissionais inseridas no mercado de trabalho na contemporaneidade e não somente ao terapeuta ocupacional.

Os dados sobre a carga horária de trabalho indicaram que o desenvolvimento das atividades dos profissionais se efetiva a partir de uma diversidade de cargas horárias, inclusive grande parte (52%) ultrapassando às 30h semanais máximas de trabalho estabelecidas pela Lei Nº. 8.856/94 da CLT, que dispõe sobre a jornada de trabalho dos profissionais de Terapia Ocupacional (BRASIL, 1994), situação esta também identificada por Oliveira (2005b), constatando-se a permanência de jornadas de trabalho intensas para esses profissionais.

Quanto à faixa salarial, foi possível identificar que a maioria dos profissionais (28,57%) recebem de 8 a 10 salários mínimos (sm), sendo seguido por aqueles que recebem de 5 a 7 sm (24,48%), 1 a 2 sm (20,40%), 3 a 4 sm (14,28%), 1 sm (8,16%) e mais de 10 sm (4,08%). A maioria estar situada na faixa salarial de 8 a 10 sm pode parecer de imediato que está havendo uma valorização profissional dos terapeutas ocupacionais em Maceió, tendo em vista que no ano de 2005 a grande maioria concentrava-se nas faixas de 3 a 4 sm e de 5 a 7 sm (OLIVEIRA, 2005b). No entanto, constatou-se que 43,75% destes possuem mais de

um vínculo empregatício e 50% submetem-se a uma carga horária de 60h semanais para atingir esse nível salarial, denotando a tendência ao pluriemprego como estratégia profissional para superar o quadro geral de precarização do trabalho na tentativa de elevar sua faixa salarial e melhorar sua condição de vida.

É importante ressaltar que os profissionais pertencentes às duas faixas salariais mais baixas são os que possuem apenas um vínculo empregatício em instituições do terceiro setor, evidenciando a condição de espaço precarizado de trabalho dessa esfera e corroborando as colocações de Montañó (2007) quando este afirma que o mercado aberto neste setor não compensa, sob nenhum aspecto (vínculo empregatício, salário etc.) a retração do mercado na órbita estatal.

Acreditamos que dentre os fatores que explicam essa diferença salarial discrepante entre os terapeutas ocupacionais, estão: o processo de mudanças estruturais e organizacionais ocorridas no âmbito do Estado que determina uma política de emprego na qual as relações de trabalho são desregulamentadas; o aumento do desemprego, reduzindo a pressão dos trabalhadores por aumento dos salários; e a inexistência de um piso salarial regulamentado, pois o fato da profissão possuir apenas uma tabela de honorários definindo alguns valores de acordo com a atividade desenvolvida deixa a categoria vulnerável às flutuações do mercado. Essa situação fragiliza a classe trabalhadora, à medida que torna porosa e pulverizada as condições de trabalho de uma mesma categoria profissional, resultando no enfraquecimento das entidades sindicais, tornando-as menos organizadas e combativas.

Diante do que foi analisado até este momento acerca das suas condições de trabalho, os terapeutas ocupacionais foram questionados quanto a satisfação profissional e o que poderia melhorar em tais condições de trabalho. Pouco mais da metade dos entrevistados (51%) afirmaram não estar satisfeito com as suas atuais condições de trabalho, enquanto que 37% consideraram-se satisfeitos e 12% sentem-se parcialmente satisfeitos. Quanto aos aspectos que os profissionais apontaram que poderiam melhorar, obtivemos as seguintes respostas em ordem decrescente: recursos materiais, estrutura física, salário e vínculo empregatício, recursos humanos, recursos financeiros, reconhecimento do papel do terapeuta ocupacional na instituição, efetivação da interdisciplinaridade e menor exigência por produtividade.

Consideramos que diante das condições de trabalho ofertadas e dos problemas sociais existentes nesse modo de sociabilidade, além do não reconhecimento profissional, os profissionais podem sentir as repercussões dessa realidade

social na sua subjetividade e manifestarem muitas vezes sentimentos de impotência e frustração devido às situações vivenciadas no cotidiano da prática, justificando esses 51% de insatisfação profissional. Antunes (2007b) afirma que as transformações no mundo do trabalho, ocorridas a partir da crise de 1970, foram tão intensas que se pode afirmar que a classe trabalhadora foi atingida não só na sua materialidade, mas também na sua subjetividade.

Notou-se também que a falta de recursos materiais, estrutura física inadequada e a falta de recursos humanos é um problema comum à maioria dos profissionais, revelando que a realidade do mercado de trabalho dos terapeutas ocupacionais de Maceió colocada pelos próprios profissionais, independente da natureza da instituição, é semelhante em termos de precarização das condições de trabalho. Além disso, o salário e o vínculo empregatício foram apontados em um número bastante significativo de respostas, indicando também uma precarização das relações e direitos trabalhistas.

Em relação à autonomia do profissional sobre o seu processo de trabalho e acerca de mudanças institucionais, os resultados obtidos indicaram que a maioria dos profissionais (65%) tem liberdade para realizar tais mudanças, principalmente pela não interferência da instituição nas ações profissionais e pela flexibilidade da coordenação do setor onde trabalha; aspecto bastante positivo ante o quadro de fatores a serem melhorados nas condições de trabalho, apontados pelos sujeitos. Entretanto, existem profissionais que apresentam sua autonomia limitada (18,36%) ou não têm autonomia (16,32%) devido aos limites institucionais impostos, seja pela rigidez da direção ou pelas precárias condições de trabalho a qual estão submetidos.

A análise detalhada dessa variável indicou que aqueles que responderam que não têm liberdade ou que esta é reduzida, na sua maioria (62,5%), estão inseridos em instituições privadas ou do terceiro setor. O fato de não haver liberdade para mudanças nessas instituições, ou esta ser limitada, é agravado com a não estabilidade empregatícia, dificultando que os profissionais reivindiquem seus direitos e executem suas ações de forma mais interventiva e crítica. Dessa forma, concordamos com Karsch (1998) quando a mesma afirma haver uma relação direta entre a instabilidade empregatícia e a orientação burocrática, e a estabilidade empregatícia e a orientação profissional; pois enquanto no serviço público existe estabilidade e até efetividade em razão da legislação, a liberdade de contestar, criticar e ultrapassar limites dados é maior e mais efetiva no espaço organizacional público do que no privado ou no terceiro setor.

Prosseguindo nossa análise sobre as tendências gerais

do mercado de trabalho dos terapeutas ocupacionais de Maceió na contemporaneidade, solicitamos aos profissionais que apontassem as principais dificuldades/limitações no cotidiano da prática profissional. A partir das respostas foi possível observar que estas são bem variadas, envolvendo: falta de recursos materiais, financeiros e humanos; estrutura física inadequada; não efetivação da interdisciplinaridade; desconhecimento do papel do terapeuta ocupacional na instituição; precarização do salário e vínculo empregatício; incompatibilidade entre os objetivos da instituição e do profissional; e a não participação da família no tratamento.

A falta de recursos materiais, financeiros e estrutura física inadequada acreditamos ser reflexo do processo de reforma do Estado, onde há uma minimização deste no que se refere aos gastos sociais, vindo a interferir no repasse dos recursos necessários para o desempenho de diversas atividades nessas instituições. Além disso, esse reordenamento do Estado nas suas relações com a sociedade civil e com o mercado, visa, dentre outros aspectos, criar meios de flexibilizar a legislação trabalhista, o que explica essa precarização do salário e vínculo empregatício citados pelos profissionais entrevistados (VÉRAS, 2005).

A insuficiência de recursos humanos também se explica pelos processos em curso na sociedade capitalista contemporânea, já que como diversos autores mostraram (COSTA, 1998; BRAVERMAN, 1987; KARCSH, 1998), o setor de serviços também foi incorporado nas últimas décadas pela lógica da produção capitalista e as instituições, sejam elas estatais, privadas ou do terceiro setor, passaram a se organizar também nos moldes da empresa enxuta, com o mínimo de trabalhadores.

Outro aspecto indicado nas respostas e que consideramos importante destacar é a incompatibilidade entre os objetivos da instituição e do profissional, fato este que pode ser exemplificado nas seguintes transcrições:

“Acredito que a maior dificuldade está na visão do profissional e da instituição, a instituição visa o lucro, apesar da ‘filantropia’ e o profissional a qualidade no atendimento. Essa visão institucional atrapalha todo o processo terapêutico [...]”.

“As instituições filantrópicas ou ONGs acabam visando a produtividade em si, que a qualidade do serviço prestado. O profissional acaba ficando de mãos atadas por necessidade ou por indiferença [...]”.

Esse fato vem evidenciar que a prática cotidiana do terapeuta ocupacional está permeada pelo conflito entre capital/trabalho, tendo o profissional que optar (ou buscar

o equilíbrio) entre atender as demandas da instituição ou dos usuários. Acreditamos que isso se deve ao caráter contraditório inerente as políticas sociais (PRÉDES, 2007) e ao caráter eminentemente político da prática profissional, surgido a partir das relações de poder presentes na sociedade.

Entretanto, avaliamos que é somente a partir da percepção das contradições sociais existentes nos seus espaços de atuação, que o terapeuta ocupacional, dependendo de sua opção política e das condições objetivas, pode efetivar uma prática de manutenção da ordem vigente ou de ruptura com a mesma, colocando-se a serviço da classe trabalhadora. Isso requer por parte do profissional competência teórico-crítica para desvelar a dimensão política implícita no seu fazer profissional, bem como os conflitos de interesses existentes nos seus espaços de atuação para identificar as possibilidades das suas ações dentro dos limites socialmente estabelecidos.

Ante esse quadro de dificuldades a pesquisa verificou que os profissionais adotam diversas estratégias para superar, ou pelo menos minimizar, as implicações destas condições na prática cotidiana na instituição. As respostas, em ordem decrescente, envolveram: uso da criatividade/improviso/sensibilidade; aproximação da equipe; esclarecimento do seu papel mostrando os resultados da sua prática profissional; comunicação aos responsáveis para solucionar os problemas; doação o material que necessita; conscientização dos familiares da importância deles no tratamento; imposição limites à instituição; prioriza alguns usuários, entre outras.

O uso da criatividade/improviso/sensibilidade como estratégia de superação das dificuldades objetivas nos ambientes de trabalho, apontado em grande parte das respostas, mostra em algumas situações (como nos trechos abaixo) uma visão deslocada do solo da história (onde desconsidera-se os determinantes objetivos do fazer profissional), podendo levar a uma visão equivocada da transformação social que passa a ser reduzida a uma questão de princípios, como se a vontade e propósitos individuais fossem unicamente suficientes para atender as necessidades dos usuários.

“Claro que com mais recursos o trabalho ficaria melhor, mas vale a criatividade, a sensibilidade, o diálogo e a adequação as reais condições da instituição. Acredito que crescemos com as dificuldades e nos tornamos profissionais até melhor preparados”.

“Penso que sim [atende as necessidades dos usuários], independente das condições de trabalho a prática/técnica/assistência deve estar acima de todas as dificuldades”.

Evidentemente, não estamos desconsiderando os determinantes subjetivos para o exercício de uma prática qualificada, pois sabemos que somente a competência teórica e uma conjuntura político-econômica favorável não bastam para que se efetive uma ação qualificada e comprometida com os interesses dos trabalhadores, é sem dúvida, essencial que o profissional tenha a vontade e faça uma opção política para isto. O problema reside no fato dos profissionais considerarem apenas estes aspectos subjetivos, não levando em consideração a dimensão de totalidade dos processos sociais.

Além disso, a direção tomada pelas políticas sociais na contemporaneidade, levam os profissionais, diante das péssimas condições de trabalho, a ferirem o princípio constitucional de universalidade ao selecionar os usuários mais necessitados entre aqueles que necessitam de sua assistência (BEHRING; BOSCHETTI, 2007). Entretanto, de um modo geral, notamos que os profissionais tentam de certa forma superar as limitações postas a sua prática nesse contexto de precarização do trabalho pelo qual passa a classe trabalhadora.

Os dados evidenciados até este momento nos levaram a questionar as possibilidades que o terapeuta ocupacional dispõe no atendimento aos usuários. De acordo com a pesquisa, notamos que diante de tais condições de trabalho 44,89% dos profissionais consideram atender as necessidades que os usuários exigem da sua prática, enquanto 16,32% afirmam atender parcialmente (apenas as necessidades básicas e prioritárias) e 38,77% não atendem.

Desse modo, percebe-se que as condições de trabalho limitam as possibilidades de responder de modo qualificado às demandas da população atendida, mas é essencial salientar que não se excluem essas possibilidades, já que é na realidade institucional, no cotidiano desta, que a intervenção profissional do terapeuta ocupacional se realiza direcionada pelos rumos dado pelo profissional, que necessita exercer uma prática politizada, não restrita a ação técnica, capaz de reconhecer não só as demandas dos usuários, mas também as contradições sociais no âmbito da instituição para a partir daí buscar estratégias de ação capazes de garantir direitos, no sentido de ampliar o atendimento e buscar melhores condições de trabalho para dar respostas qualificadas aos usuários.

Sobre os fatores atribuídos pelos profissionais como determinantes dessas más condições de trabalho e que dificultam a realização de seu trabalho de forma satisfatória, obtemos as seguintes respostas: falta ou má administração dos recursos financeiros; sobrecarga de trabalho; Estado;

falta de compromisso dos gestores da instituição; estrutura física inadequada; falta de recursos materiais; baixo salário; desunião e acomodação da categoria profissional; órgãos de classe omissos/falta de fiscalização, entre outros.

A partir dessas respostas percebe-se que boa parte dos profissionais não apontou os fatores que determinam as suas condições de trabalho, mas reforçou quais os aspectos dessas condições que encontram-se precarizados (estrutura física, falta de recursos materiais, financeiros e humanos, baixo salário etc.). Nenhum dos entrevistados culpabilizou os fenômenos societários contemporâneos como causadores dessa precarização do trabalho, e os poucos que citaram o Estado, o fizeram de maneira bastante superficial, demonstrando pouca intimidade com a problemática.

Isso demonstra a necessidade dos profissionais de Terapia Ocupacional, através de uma leitura crítica, ampliarem a sua percepção acerca das contradições sociais e que diretamente determinam a dimensão prática da sua intervenção, pois essas contradições também se reproduzem nos espaços institucionais onde o profissional trabalha. Avaliamos que essa é uma característica da categoria decorrente de uma formação profissional centrada na saúde (DRUMMOND; MAGALHÃES, 2001) e pouco afinada com as discussões sociais, uma formação que entende o social apenas como mais um aspecto que interfere na sua atuação, mas que não a determina. Como Barros et al. (2002) afirmam, um 'social' que é compreendido como o contexto global que influenciaria de fora a dimensão terapêutica, um 'social' substantivado, esvaziado de historicidade e de sua força explicativa do movimento e do real e que foi incorporado pela profissão como mais um aspecto no interior de uma racionalidade fragmentadora e redutora.

Diante do que discutimos, não resta dúvida que são os desdobramentos (precarização do trabalho e das políticas sociais) da reestruturação produtiva e reforma do Estado nesse contexto de crise capitalista o grande fator determinante do mercado/condições de trabalho dos terapeutas ocupacionais e que põe obstáculos à realização de práticas profissionais condizentes com projetos de atuação voltados para a garantia e ampliação de direitos sociais, interferindo em diversas profissões e, entre elas, a Terapia Ocupacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, ao término deste artigo, constata-se que na atual conjuntura de crise capitalista o terapeuta ocupacional

inserido no mercado de trabalho de Maceió-AL se vê cada vez mais forçado a, por um lado, restringir o atendimento aos usuários mais necessitados, ampliando a seletividade desse atendimento ao priorizar alguns usuários e exercendo muitas vezes uma prática rotineira e emergencial ao atender somente as necessidades básicas e prioritárias; por outro lado, esse mesmo profissional é desvalorizado, na medida em que insere-se no mercado de trabalho precarizado, seja no serviço público, privado ou do "terceiro setor", onde os principais sinais dessa precarização são: vínculos empregatícios instáveis, aviltamento dos salários, excesso de carga horária de trabalho semanal, sobrecarga de trabalho pelo reduzido quadro de profissionais de Terapia Ocupacional na instituição e aumento da demanda, entre outros.

Diante de toda essa processualidade e da complexidade dos fenômenos envolvidos, consideramos fundamental empreender algumas reflexões pertinentes ao momento atual e que pode contribuir para o despertar de uma nova consciência no interior da profissão que possibilite um maior envolvimento dos profissionais com as lutas sociais que podem alterar as tendências de precarização colocadas na contemporaneidade para a classe trabalhadora.

Sustentamos que é possível (e necessário) que os profissionais como um todo discutam a significação político-social da sua prática, desenvolvam conhecimento sobre a realidade, busquem maior capacitação profissional visando aumentar o seu poder nas instituições para poderem negociar melhor suas propostas e condições de trabalho. Isso significa encobrir-se de conhecimento crítico sobre a dinâmica da realidade e manter um diálogo constante com as teorias sociais, produzindo também conhecimento científico sobre as relações e questões sociais e não apenas recebê-los de fora.

Avaliamos ser fundamental também compreender a Terapia Ocupacional como uma prática ligada ao processo histórico da realidade e que, desse modo, as suas possibilidades estão submetidas aos limites do sistema capitalista. Esse posicionamento permite ao profissional a busca de meios que transcendam os obstáculos postos a sua intervenção e o coloca em confronto direto com o projeto neoliberal, já que este se constitui em um dos principais impasses e vai de encontro a projetos profissionais voltados para a garantia de direitos e transformação social. Desse modo, pretendeu-se com este artigo apresentar não só elementos que dinamizem o debate, mas também reforçar a necessidade de buscar novos caminhos para o repensar da profissão, o que só será frutificado mediante um esforço coletivo.

BEZERRA, W. C.; TAVARES, M. M. F.; CAVALCANTE, G. M. M. The marketplace of occupational therapy in Maceió-AL in the context of contemporary capital crisis. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 20, n. 2, p. 75-84, maio/ago. 2009.

ABSTRACT: This article aims to show the results of the research made over the occupational therapy marketplace from the reality observed in the city of Maceió, state of Alagoas facing the new conditions of work imposed by the capitalism crisis scenario. The referential theory used was the historical-critical perspective, which allowed the discussion of the studied object in the social transformations; a questionnaire was applied to 49 professional. The data was analyzed with the Microsoft Excel Software and the content analysis methodology. It was identified a general situation of precarization in the conditions and relation of work, which difficult the effectuation of professional projects aiming at the guarantee of rights and social transformations.

KEY WORDS: Job market. Capitalism. Occupational therapy.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ANTUNES, R. Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil. In: ANTUNES, R.; SILVA, M. A. M. (Orgs.). **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- ANTUNES, R. As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais. In: SILVA, M. O. S.; YAZBEK, M. C. (Orgs.). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2006.
- ANTUNES, R. **Trabalho e precarização numa ordem neoliberal**. Disponível em: <www.assistentesocial.com.br/biblioteca/>. Acesso em: 23 nov. 2007a.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2007b.
- BARROS, D. D.; GHIRARDI, M. I. G.; LOPES, R. E. Terapia ocupacional social. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 13, n. 3, p.95-103, 2002.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social**: fundamentos e história. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca básica de Serviço Social, v. 2).
- BRASIL. **Lei nº. 8.856, de 1 de março de 1994**. Dispõe sobre a Jornada de Trabalho dos Profissionais Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional. Brasília, Presidência da República, 1994. Disponível em: <www.sinprosp.org.br/arquivos/direitos/clt.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2008.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.
- COSTA, M. D. H. Os serviços na contemporaneidade: notas sobre o trabalho nos serviços. In: MOTA, A. E. (Org.). **A nova fábrica de consensos**. São Paulo: Cortez, 1998.
- DATHEIN, R. **O mercado de trabalho brasileiro na era neoliberal**. 2006. Disponível em: <http://www.ucm.es/info/ec/jec10/ponencias/604dathein.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2007.
- DRUMMOND, A. de F.; MAGALHÃES, L. de C. Tendências da formação do terapeuta ocupacional no Brasil. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 12, n. 1, p.34-39, 2001.
- GOUNET, T. **Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- KARSCH, U. M. S. **O serviço social na era dos serviços**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- LEITE, M. Reestruturação produtiva e mercado de trabalho: a experiência brasileira. **Rev. Galega Econ.**, v. 14, n. 1-2, p. 1-26. 2005.
- LOPES, R. E. **Cidadania, políticas públicas e Terapia Ocupacional no contexto das ações de saúde mental e saúde da pessoa portadora de deficiência no município de São Paulo**. 1999. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1999.
- MEDEIROS, M. H. R. **Terapia ocupacional**: um enfoque epistemológico e social. São Paulo: Editora Hucitec, EdUFSCAR, 2003.
- MONTAÑO, C. Das “lógicas do Estado” às “lógicas da sociedade civil”: estado e “terceiro setor” em questão. **Rev. Serv. Social Soc.** (São Paulo), n. 59, mar. 1999.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MOTA, A. E.; AMARAL, A. S. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e serviço social. In: MOTA, A. E. (Org.). **A nova fábrica de consensos**. São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v.1).

OLIVEIRA, F. de. O enigma de Lula: ruptura ou continuidade? In: ESTANQUE, E., et al. (Orgs.). **Mudanças no trabalho e ação sindical**: Brasil e Portugal no contexto da transnacionalização. São Paulo: Cortez, 2005a.

OLIVEIRA, F. M. S. **O perfil do profissional de Terapia Ocupacional em Alagoas**. Maceió: UNCISAL, 2005. Monografia (Graduação em Terapia Ocupacional), Faculdade de Terapia Ocupacional, Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, 2005b.

POCHMANN, M. Rumos da política de trabalho no Brasil. In: SILVA, M. O. S.; YAZBEK, M. C. (Orgs.). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2006.

PRÉDES, R. Serviço social e políticas sociais: articulação histórica e necessária para compreender a profissão. In: PRÉDES, R. (Org.). **Serviço social, políticas sociais e mercado de trabalho profissional em Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2007.

SALVADOR, E.; BOSCHETTI, I. A reforma da previdência social no Brasil e os impactos sobre o mercado de trabalho. **Rev. Serviço Social Sociedade**, (São Paulo), n. 70. 2002.

SANTOS, P. C. J. **Flexibilização das normas trabalhistas e sua constitucionalidade**. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=12200>>. Acesso em: 12 nov. 2008.

SANTOS, L. M.; MOREIRA, I. T. **Condições do mercado de trabalho no setor de serviços nordestino**. 2006. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br>>. Acesso em: 07 out. 2007.

SOARES, L. B. T. **Terapia ocupacional**: lógica do capital ou do trabalho? São Paulo: Hucitec, 1991.

VÉRAS, R. O diálogo social e a reforma trabalhista e sindical no Brasil: debate atual. In: ESTANQUE, E., et al. (Orgs.). **Mudanças no trabalho e ação sindical**: Brasil e Portugal no contexto da transnacionalização. São Paulo: Cortez, 2005.